

III SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

23 de Novembro de 2013

A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA: ESTUDO A PARTIR DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL

Nathalia Giovanna Ribeiro da Silva (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, CNPQ, Programa de Iniciação Científica); Prof. Dr. Nilza Sanches Tessaro, Adriana de Fátima Franco (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá).

Contato: nathalia.ngrs@gmail.com

Palavras-chave: Educação especial. Deficiência auditiva. Psicologia Histórico-cultural.

A presente pesquisa é um estudo bibliográfico, com finalidade acadêmica e diz respeito ao recorte de uma Pesquisa de Iniciação Científica - que está em andamento - cujo tema abordado é a relação entre a educação e o desenvolvimento da criança com deficiência auditiva, com destaque para a importância da linguagem de sinais nesse processo. Considerando a importância das relações sociais para o desenvolvimento do ser humano, bem como os questionamentos acerca do desenvolvimento do indivíduo com alguma deficiência auditiva, e pressupondo um provável acometimento à sua comunicação via oral como consequência dessa deficiência, iniciou-se essa pesquisa. Compreendendo o ser humano como um ser multideterminado, foi realizada a leitura de artigos e teses, adotando como embasamento teórico a Psicologia Histórico-Cultural do Psicólogo bielorrusso, L. S. Vygotsky, e empregado como critério para escolha bibliográfica temas referentes à educação especial da criança com deficiência auditiva.

Iniciamos essa pesquisa com o pressuposto de Vigotski (2010) de que a criança não é um adulto em miniatura, mas difere-se qualitativamente do adulto pelo desenvolvimento de suas faculdades mentais, mais especificamente, pelo desenvolvimento de suas Funções Psíquicas Superiores e sua capacidade de pensar que são mediados pela linguagem, que atua tanto como ferramenta de comunicação quanto de humanização. Esses dados apontam a importância e necessidade de uma linguagem apropriada para aqueles que não podem desfrutar dos meios de comunicação mais comuns (o sonoro), revelando a importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que atualmente é independente, regida por suas próprias regras e variações linguísticas e necessária ao desenvolvimento de indivíduos com

III SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

23 de Novembro de 2013

audição consideravelmente prejudicada. Esta linguagem, entretanto, não caracteriza apenas uma forma de se comunicar, mas uma cultura viva, com seus próprios folclores e signos, constituindo-se em um instrumento de auxílio a comunicação e ao desenvolvimento psíquico, residindo nessas características o seu caráter social.

Além desses aspectos, procuramos resgatar um pouco da história da educação especial, pautados no estudo sobre defectologia apresentados por Barroco (2007), que aborda a criação de uma psicologia proposta por Vigotski e ressalta o papel da educação no desenvolvimento do indivíduo e a importância de uma educação voltada para pessoas com deficiência. Sobre essa questão, compreendemos a educação como uma das principais bases de formação de uma sociedade, em concordância com a proposta de Vigotski (2010) sobre esse assunto. Também vemos essa pesquisa como um incentivo à comunidade para o conhecimento dessa língua, afinal, como afirma o psicólogo bielo-russo “não se pode falar de superação dos limites da própria deficiência sem entender que ela só se realiza de tal ou qual forma em um dado contexto societário.” (VIGOTSKI, 2010, P. 19). Sendo assim, considerando que o desenvolvimento qualitativo do psiquismo é especialmente crucial no período da infância, quando ele se encontra em suas fases iniciais, percebemos a importância de compreender o papel da educação nesse processo, o que nos remete ao conhecimento da Educação Especial e sua história.

Acreditamos que será através da palavra e seus significados que a criança irá apreender o mundo ao seu redor, permitindo-lhe não apenas criar conceitos, mas compreendê-los, resignificá-los e, principalmente, organizá-los, de maneira que possibilite a este indivíduo se expressar e comunicar-se com outros, bem como incorporar o mundo que o rodeia. Em todo esse progresso, portanto, a LIBRAS atuará como mediadora do processo educacional e do desenvolvimento psíquico, proporcionando ao indivíduo ferramentas que lhe permitam atuar ativamente em todo esse processo, influenciando e sendo influenciado pelo meio, concomitantemente.

Nesse sentido, Barroco (2004) expõe que a educação é concebida como libertadora do homem de sua dependência do mundo material, mediando seu desenvolvimento e permitindo que internalize e aproprie-se da realidade concreta, revelando uma potencialidade em elevar o homem de uma condição primitiva a uma condição cultural. Isto permitiria desenvolver nele um senso crítico, levando-o a se reconhecer como criador de sua própria existência,

III SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

23 de Novembro de 2013

reforçando a defesa de Vigotski de que a deficiência é antes de mais nada um problema social, ao invés de biológico. Além disso, a educação não é apenas mediadora do processo de humanização do ser humano, mas é ela que permite a perpetuação e criação da história, viabilizando aos homens que desenvolvam suas aptidões através da apropriação do que já foi construído e alcançado historicamente, permitindo a humanidade criar novos meios de intervir sobre a natureza e assim enriquecer a prática sócio-histórica.

Assim, compreendemos a relação existente entre pensamento e linguagem através da análise genética entre ambos, publicada por Vigotski (2010), opondo-se a abordagens que assumem que linguagem e pensamento são dois processos distintos e independentes, pela defesa de que, embora pensamento e fala tenham raízes geneticamente distintas, em um determinado ponto de seu desenvolvimento essas duas funções entrecruzam-se. Esse encontro, entretanto, não é uma conexão meramente mecânica de funções distintas, mas encontro um relacional de funções que se complementam.

Considerando essas informações, entendemos que indivíduos com deficiência auditiva utilizam-se de uma forma particularmente singular e diferente de enxergar e organizar o mundo inicialmente caótico ao seu redor, devido ao fato de não disporem da audição e não aprenderem a sonoridade da palavra, o que exigirá que desde pequena a criança aprenda duas línguas: a vigente na sociedade na qual está inserida, no caso, a oral, e a LIBRAS, meio de comunicação adequado a sua necessidade, que acabara se constituindo em sua primeira língua.

No Brasil, de acordo com dados da Resolução CNE/CEB, nº 2, de 11 de Setembro de 2001, foi apenas após a publicação de uma Lei legitimando a Língua Brasileira de Sinais, em 2002, que ela foi reconhecida como língua independente e direito do cidadão surdo, o que foi conquistado graças à luta sistemática e persistente das pessoas com deficiência auditiva. É essa mesma resolução que garante a Educação Especial aos que dela necessitam, nos quais os surdos se enquadram pela definição de educandos com necessidades especiais expostas no Art. 5º, segundo o qual apresentam dificuldade de acompanhamento das atividades curriculares por apresentação de dificuldade de comunicação e necessidade de uma sinalização diferenciada dos demais. Esse direito é abordado por Barroco (2004), que defende a disponibilização de um estudo complementar que auxilie ou até mesmo substitua o regular, a fim de qualificar o processo educacional. Anteriormente a essa lei, Dizeu e Caponalli (2005)

III SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

23 de Novembro de 2013

afirmam que haviam profissionais da educação defendiam a imperatividade da linguagem oral sobre a LIBRAS, principalmente no contexto educacional

A tese de Vygotsky na *defectologia*, central é de que “todo defeito cria estímulo para a compensação” (BARROCO, 2007, P. 224), de forma que a educação é um dos instrumentos para a superação e deve focar nas habilidades e mecanismos que o sujeito dispõe, retirando o foco daquilo que lhe falta, como apresentam Barroco (2007) e Marques (2012). Isso porque, segundo Marques (2012), Vygotsky compreende o organismo como um todo, não assumindo rupturas ou fazendo distinção entre o desenvolvimento físico, social, mental ou emocional, mas considerando uma relação complexa e uniforme no desenvolvimento de todas elas, rejeitando os dualismos, ou seja, a divisão entre corpo e mente. A defectologia permite, portanto, pensar a deficiência além de sua caracterização meramente orgânica, mas ao invés disso, reconhecer a importância do contexto social e do processo de mediação.

A defectologia diz respeito a uma nova forma de pensar a Educação Especial e foi estudada por Vigotski na União Soviética, em um contexto pós-Revolução de Outubro de 1917, em que se visava a construção de uma nova sociedade e de um novo homem através da consideração e utilização de suas condições reais de existência e acreditavam ser a educação um meio para isso. Entretanto, apesar de reconhecer a importância e o papel da educação no desenvolvimento do ser humano, por muito tempo as pessoas com algum tipo de deficiência passaram por um processo de negligência, exclusão e segregação social nas mais diferentes culturas e sociedades, mesmo que cada uma tenha tratado essa questão de maneira peculiar, reforçando a tese vigotskiana da condição sócio-histórico da deficiência, como pontua Barroco (2007).

Sendo assim, embasada em Bianchetti (1998), Barroco (2007) discorre que é a partir do século XVIII, nas fases de integração e inclusão de políticas voltadas para o indivíduo com deficiência, que surgem medidas educacionais que visam a integração e inclusão do indivíduo com deficiência na sociedade. De maneira geral, percebemos o quanto o indivíduo deficiente sempre foi visto como uma situação problema para a sociedade, sempre considerado inadequado e socialmente desajustado. Apesar de propor uma inclusão, acreditamos que essas medidas levam a uma inclusão excludente, em que os programas de inclusão criados pelo governo, regidos pelo discurso de incluir este sujeito portador de deficiência, acabam

III SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

23 de Novembro de 2013

atribuindo a ele uma identidade de estranho, como se não pertencesse aquela sociedade e aquele local, mas estivesse sendo aceito por caridade.

Mesmo com esses avanços a educação voltada para a criança com deficiência foi firmada no século XIX, e foi apenas com o aprofundamento de estudos de caráter biológicos que se passou a considerar a importância do ambiente no desenvolvimento da criança com deficiência, principalmente no agravamento ou melhora de suas conseqüências, devido a descoberta de suas causas orgânicas ou localização cerebral da deficiência mental (BARROCO, 2007). Além disso, Barroco (2007) afirma também que é apenas a partir das épocas moderna e contemporânea que as defesas em prol da humanização e educabilidade do indivíduo com deficiência começam a se apresentar, estendendo-se até os dias de hoje a batalha pelo reconhecimento desses indivíduos como pessoa na prática social.

Segundo Barroco (2007), a primeira instituição educacional para surdo-mudos foi fundada em 1770, pelo inventor do método de sinais, Charles M. Eppée. Assim, a noção de educabilidade do sujeito surdo-mudo, bem como a importância da linguagem nesse processo passa a ser formulada no século XVIII, revelando-se por meio de proposições efetivas no século XIX. Uma figura importante no processo de educação do sujeito surdo-mudo, citada pela autora, é Itard, que estudava um novo método de ensino especial para reeducação desses indivíduos, levando-o a redescoberta de “todo o procedimento pedagógico de instalação da fala, coordenada com a audição ou com a percepção tátil das percepções vocais” (BARROCO, 2007, p. 145). Seus estudos foram importantes para a história da Educação Especial, bem como para a própria prática da avaliação psicológica porque permitiu a compreensão da importância da identificação da causa da deficiência, que poderia auxiliar no processo de superação/controle, e a importância da história ontogenética, levando ao conhecimento de que não basta apenas a descrição daquilo que falta na criança. Barroco, (2007) ressalta que, nesse aspecto, a tese de Vigotski supera as teorias que limitam a educabilidade da criança pelo fato de não conceber seu psiquismo como prioristicamente constituído, mas considerar o contexto em que a pessoa vive e como e do que ela se apropria dele.

Sendo assim, acreditamos que o educador não deve trabalhar com o fato da deficiência em si, mas com as suas implicações sociais e conflitos provenientes desse estado. Barroco (2007) lembra, entretanto, que esse mecanismo de compensação não consiste simplesmente na

III SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

23 de Novembro de 2013

substituição de funções de órgão do sentido comprometidos pelas funções de outros órgãos, mas é pautado na educação do sujeito portador de deficiência visando sua introdução na vida, mais precisamente na esfera social, criando compensação. É um processo que incentiva o sujeito a encontrar alternativas, de maneira que “o comportamento cultural compensatório sobrepõe-se ao comportamento natural defeituoso” (VYGOTSKY, LURIA, 1996, P. 221 apud BARROCO, S. M. S, 2007, P. 225).

Assim sendo, concluímos que a defectologia pode ser compreendida como embasadora dos processos de educação humanizadora, que compreende o indivíduo como um ser sócio-cultural e histórico, cuja educação deve lhe devolver os direitos de cidadão e inseri-lo na sociedade, preparando-o para essa experiência e vivência social, buscando libertá-lo de sua condição de deficiente a fim de fazê-lo notado como humano. Além disso, notamos que, embora antiga, a luta pela educação especial é atual, e ainda carece de profissionais com uma formação crítica a esse respeito, principalmente no que concerne à educação do sujeito com deficiência auditiva, que há pouco tempo conquistou seus direitos de ter uma língua apropriada à sua condição, que funcione como ferramenta de auxílio principalmente na educação. Por ainda não estar concluída, não foi possível que nos aprofundássemos na relação da LIBRAS com a educação escolar, contudo, pudemos compreender um pouco acerca da importância da relação existente entre linguagem e desenvolvimento psíquico e, consequentemente, cognitivo.

Referências

BARROCO, S. M. S. **A educação especial do novo homem soviético e a psicologia de L. S. Vigotski**: implicações e contribuições para a psicologia e a Educação atuais. 2007. 415p. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 6ª Ed. 2011. 44p. Disponível em: <[HTTP://bd.camara.gov.br](http://bd.camara.gov.br)>. Acesso em: 22 de Mar. de 2012.

BRASIL. **Língua brasileira de sinais “uma conquista histórica”**. Brasília, 2006. 43p.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2**. 2001. 5p.

DIZEU, L. C. T. de B; CAPORALI, S. A. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. **Educação e Sociedade**, cidade, v. 26, n. 91, p. 583-597, Maio/Ago. 2005.

III SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

23 de Novembro de 2013

MARQUES, H. C. R. **O ensino de língua brasileira de sinais para crianças ouvintes e surdas: conteúdo e recurso para o desenvolvimento humano.** 2012. 152p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centros de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

VIGOTSKI, L. S. O instrumento e o símbolo no desenvolvimento da criança. In.:_____ **A formação social da mente.** São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1998. p. 25-40.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem.** 2ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda, 2010. 496p.